



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2021

Itinerário terapêutico dos usuários do SUS no Acesso à Atenção Psicossocial como um direito no Município de Feira de Santana-BA

Stefany Costa Silva¹; Luciane Cristina Feltrin de Oliveira²;

1. Bolsista PIBIC/PROBIC, Graduada em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: s.c.silva_@outlook.com

2. Orientadora, Departamento de nome, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: feltrinlc@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: SUS; CAPS; Acesso a serviços de saúde.

INTRODUÇÃO

O Sistema de Saúde brasileiro é composto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sistema público de acesso universal e integral, e por um subsistema privado formado pelos planos, operadoras de saúde que prestam serviços pelo desembolso individual. O SUS surge através do Movimento da Reforma Sanitária brasileira iniciado nos anos 70 e em conjunto com a 8ª Conferência Nacional de Saúde que estabelece os princípios de igualdade, universalidade, integralidade e participação social. Desde então, vem ampliando cada vez mais seu escopo de ações a fim de garantir a universalidade. Em relação à saúde mental, as transformações aconteceram desde 1970 com a insurgência de mobilizações sociais e políticas, sendo a 8ª Conferência de Saúde; a I Conferência de Saúde Mental e a tentativa de aprovação da atual Lei da Reforma Psiquiátrica - Lei 10.216/2001), que apontavam críticas ao modelo hospitalocêntrico vigente ao cuidado em Saúde Mental.

A partir disso, foi pensado um novo modelo de atenção à Saúde Mental, integral, multiprofissional e realizado em postos de saúde, ambulatórios especializados e Centros de Atenção Psicossocial, um modelo territorializado e em rede – coordenado pela Atenção Básica (AB). Entretanto, existem desafios para que ocorra o acesso dos usuários a Atenção Psicossocial. A presente pesquisa pretende analisar como se dá o acesso dos usuários a Atenção Psicossocial, bem como os desafios encontrados.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Trata-se de uma Revisão Integrativa, seguimos as etapas: formulação da questão norteadora - “Como tem se constituído o acesso dos usuários do SUS à Atenção

Psicossocial como um direito nos Municípios brasileiros nas produções científicas dos últimos 10 anos?; estabelecimento de critérios de inclusão das produções científicas (PC) publicadas na íntegra no período de 2010 a 2020 em revistas com condição de *peer review*, excluindo teses, dissertações e editoriais; coleta de dados, realizada no período de 15 de março a 31 de julho de 2021 nas bases de dados *Scopus*, *Medline/Pubmed*, *Scielo* e *Web of Science*. Utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DECS): “Acessibilidade aos Serviços de Saúde”, “Acesso aos Cuidados de Saúde”, “Atenção Primária à Saúde”, “Centros de Atendimento Psicossocial” e “Centros de Atenção Psicossocial”.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

O cruzamento dos descritores nas bases de dados resultou inicialmente em 112 PC, destas 98 foram excluídas após a leitura do título e resumo, 49 por duplicidade, restando 49 PC que também foram excluídas por não retratarem a realidade sobre o acesso aos serviços dos Centros de Atenção Psicossocial nos municípios brasileiros. Assim, a análise foi realizada em 14 PC. Das PC estudadas 9 são oriundas de estudos qualitativos e 5 de estudos quantitativos (gráfico 1).



Gráfico 1 Classificação das PC quanto ao tipo de estudo (2010-2020)

Quanto ao ano de publicação há um pico de publicações nos anos de 2019, conforme os achados nas bases de dados utilizadas (Gráfico 2).

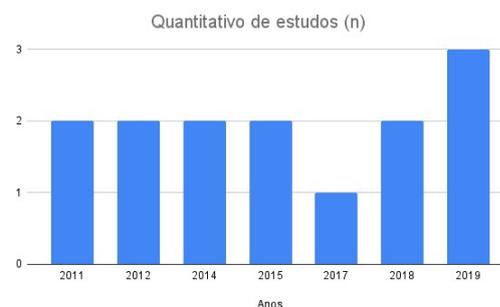


Gráfico 2 Distribuição do quantitativo de produções científicas no período pesquisado (2010-2020).

A análise dos artigos possibilitou a identificação dos núcleos de sentido, e o seu agrupamento em quatro categorias: “A atenção primária como articuladora do acesso dos usuários à atenção psicossocial”, “O CAPS como principal porta de entrada para acesso à atenção à saúde mental”, “Dificuldades na utilização de tecnologias leves para os manejos de transtornos mentais e sofrimento psíquico na Atenção Básica” e “Dificuldades estruturais, físicas e sociais para acesso dos serviços substitutivos de saúde mental”.

A primeira categoria, reúne as referências que apontam para evidências de que a Atenção Primária à Saúde (APS) exerce um papel de articulação necessário para o acesso dos usuários do SUS à atenção psicossocial e aos CAPS, apesar das dificuldades encontradas pelas APS para efetivação das suas ações na RAPS. A segunda categoria demonstra achados referentes ao fato de que os CAPS na realidade atuam como uma porta quase que exclusiva de entrada para as demandas de saúde mental, o que tem ocasionado uma superlotação desses locais de atendimento com casos cuja complexidade poderia ser atendida na APS. Assim, os CAPS têm funcionado no limite de sua capacidade de atendimento, não conseguindo resolver as demandas de maneira resolutiva se tornando uma barreira ao acesso à atenção psicossocial, fator intensificado pela extinção das equipes no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF-AB).

Outrossim, a terceira categoria aponta para as dificuldades na utilização de tecnologias leves para os manejos de transtornos mentais e sofrimento psíquico na APS que dificultam não só a operacionalização do cuidado, mas também o acesso dos usuários do SUS à atenção psicossocial, contribuindo para a lógica de encaminhamentos para os Centros de Atenção Psicossocial e sua superlotação. Por fim, a quarta categoria evidencia as dificuldades enfrentadas por usuários do SUS ao acesso à atenção psicossocial nos municípios brasileiros, ocasionando uma baixa resolutividade na prestação da assistência e contrariedade aos pressupostos da Reforma Psiquiátrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Os achados mostram que a temática do acesso à atenção psicossocial demanda estudos mais robustos que possam trazer outras perspectivas e dificuldades encontradas pelos usuários para obter atenção à saúde mental e como a rede se organiza para tal. Além disso, identificamos lacunas de pesquisas específicas acerca das modalidades de CAPS como também sobre as Residências Terapêuticas. Ressaltamos que, apesar da inclusão criteriosa de estudos primários publicados em periódicos com revisão aos pares, há

limitações referentes à utilização somente de artigos indexados, além da escassez de publicações sobre o acesso dos usuários do SUS à Atenção Psicossocial.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Sabrina Martins; SILVA, Mônia Aparecida. Reforma psiquiátrica brasileira: o caminho da desinstitucionalização pelo olhar da historiografia. **Revista da SPAGESP**, v. 12, n. 1, p. 66-78, 2011.

MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/Afh27d> . Acesso em: 22 de setembro de 2020.

BRASIL. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

MOURA, R. F. S.; SILVA, C. R. C. **Saúde mental na atenção básica: sentidos atribuídos pelos agentes comunitários de saúde**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 35, n. 1, p. 199-210, 2015. Disponível em: Disponível em: <https://goo.gl/7vAhdu> . Acesso em: 26 set. 2016.

ONOCKO-CAMPOS, R. T. et al. Avaliação da qualidade do acesso na atenção primária de uma grande cidade brasileira na perspectiva dos usuários. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 252-264, out. 2014. Número especial.

SILVEIRA, D. P.; VIEIRA, A. L. S. Saúde mental e atenção básica em saúde: análise de uma experiência no nível local. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 139-148, 2009.

Whittemore R, Knafl K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing** 2005; 52(5): 546-553.